



# Em crise, USP cogita plano de demissão voluntária

Proposta estudada por universidade também inclui menor jornada de professor

**Mudanças ainda serão discutidas; desde 2013, folha de pagamento é maior que todo o orçamento da escola**

**FÁBIO TAKAHASHI**  
DE SÃO PAULO

Em nova tentativa de atenuar uma de suas mais graves crises financeiras, a USP estuda implementar programa de demissão voluntária de funcionários e incentivo para que professores reduzam as jornadas de trabalho.

Desde o ano passado, o gasto com folha de pagamento é maior que todo o orçamento da universidade, que deve receber R\$ 5 bilhões do Estado em 2014. Assim, a instituição tem usado reservas para sustentar as atividades.

Segundo texto obtido pela **Folha**, feito pela administração da universidade, a ideia é adotar programa de demissão voluntária que abranja 3.000 funcionários (o documento não especifica se a pro-

posta inclui os professores).

No total, a instituição possui 17.450 técnicos administrativos e 6.000 docentes.

Segundo a proposta, a medida pode diminuir em 10% o gasto da USP com folha de pagamento, que hoje representa 106% do orçamento. As indenizações custariam, porém, R\$ 600 milhões.

Por ser uma instituição pública, a universidade não pode demitir servidores como em uma empresa privada.

As mudanças ainda serão discutidas com outros dirigentes da USP antes de serem apresentadas para votação interna. Há a previsão também de que a universidade passe para o governo parte de sua estrutura e seus gastos.

Na sexta-feira (15), o reitor Marco Antonio Zago deve se reunir com diretores de faculdades para tratar do tema.

## REDUÇÃO DE JORNADA

Outra medida estudada pela universidade é incentivar que professores diminuam as jornadas de trabalho e, com isso, reduzam seus salários.

A ideia é que, para uma redução de 25% da jornada, haverá corte de 20% do salário.

O texto não informa qual será a economia caso todas as medidas sejam adotadas.

No início do ano, ao assumir o mandato, o reitor já havia tomado ações de restrição, como proibição temporária de contratações.

A política de cortes contraria parte da universidade, em greve há mais de dois meses devido à proposta do reitor de não dar reajuste salarial.

Para esses setores, em vez de a instituição fazer restrições, o governo deveria aumentar a verba para a universidade, que cresceu nos últimos anos sem que houvesse novo financiamento.

Apenas nos últimos cinco anos, o número de alunos cresceu quase 10%.

A legislação prevê que a USP receba 5% do ICMS (principal imposto estadual). O governo Geraldo Alckmin (PSDB) diz que tem cumprido o que a regra exige.